

Nostalgia e demonização: o senso comum do apoio ao intervencionismo militar no Brasil antes de Bolsonaro¹

Luiz Signates

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC-UFG) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

E-mail: signates@gmail.com

Resumo: Este trabalho é produto da busca por compreender os fundamentos das ideias sustentadas pelos apoiadores do intervencionismo militar no Brasil e, nesse sentido, sintetiza os resultados de uma pesquisa qualitativa realizada no 2º semestre de 2017, em Goiânia-GO, um ano antes da eleição de Bolsonaro. Os dados mostraram haver um encadeamento de fatores na base do apoio ao militarismo, tais como o medo, a adoção da ideologia fascista, a descrença seguida do desejo de destruir a democracia e erigir outro Estado, com características contraditoriamente liberais e nacionalistas, e a participação na opinião pública para angariar espaço e validade discursiva, características que, aglutinadas, compuseram um tipo de senso comum de direita, cuja rede argumentativa oscila entre a nostalgia da ditadura militar, vista como período ordeiro e seguro, e o ódio à esquerda, rejeitada ao ponto da demonização.

Palavras-chave: Ditadura; Intervencionismo Militar; Bolsonaro; Ideologia.

Nostalgia and demonization: the common sense of supporting the military interventionism in Brazil before Bolsonaro

Abstract: This work is the product of searching to understand the bases of ideas of the supporters of military interventionism in Brazil. In this sense, it synthesizes the results of a qualitative research conducted in 2017, in Goiânia-GO, a year before Bolsonaro's election. Data showed a chain of factors on the basis of support for militarism, such as fear, the adoption of fascist ideology, disbelief followed by the desire to destroy democracy and to erect another State, with contradictory liberal and nationalist characteristics, and participation in public opinion to gain space and discursive validity. These characteristics, combined, constituted a kind of right wing common sense, whose argumentative network oscillates between the nostalgia of the military dictatorship, seen as an orderly and secure period, and hatred of left wing ideology, rejected to such a point of its demonization.

Keywords: Dictatorship; Military Interventionism; Bolsonaro; Ideology.

¹ Uma versão preliminar e ainda incompleta deste trabalho foi apresentada ao DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 13 a 15 de junho de 2018. Para a execução e a finalização deste trabalho, foi imprescindível a contribuição do orientando Álvaro César Cavalcante Silva, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

Em 2013, eclodiram em vários estados manifestações, de rua, preocupadas, a princípio, com o aumento da passagem do transporte público. Os movimentos que tomaram as ruas durante as agora conhecidas como “Jornadas de Junho” foram caracterizadas por uma ínfima homogeneização de discursos. O que começou como um modo de protestar contra o aumento da tarifa dos ônibus passou a ser compreendido como uma oportunidade de criticar os problemas que o Brasil tem passado, entretanto, com um caráter notoriamente apartidário. As camadas populares presentes nos protestos contemplavam todo o espectro socioeconômico brasileiro, o que é corroborado por discursos que, por exemplo, condenavam a mercantilização da saúde e seus serviços e outros que exigiam a redução de impostos (SAMPAIO JÚNIOR, 2013). Percebe-se, portanto, que, apesar dos protestos serem direcionados contra o aumento das passagens do sistema de transporte público (em suma, uma reivindicação proletária), as manifestações foram imbuídas por diversas correntes que, inclusive, contradiziam a tradição esquerdista das manifestações de rua. Ocorreram inúmeras tentativas, por parte da mídia tradicional, de excluir e condenar os movimentos e partidos de esquerda pela participação nas manifestações, em detrimento de correntes de extrema-direita.

Se a tentativa de despolitizar e esvaziar o conteúdo social das manifestações é nítida, há um ponto que merece uma análise mais cuidadosa: a tentativa de instrumentalização dos protestos por movimentos de extrema-direita. Nas redes sociais, as tentativas de apropriação dos movimentos para finalidades as mais estranhas e diversas à sua lógica são inúmeras, indo desde a defesa do impeachment da presidente da República (uma proposta que era apresentada descolada de qualquer transformação mais profunda, reduzindo o problema exclusivamente ao PT e à corrupção, que supostamente teria iniciado apenas nos governos comandados por este partido) até a defesa explícita de um Golpe Militar. (CALIL, 2013: 387)

As manifestações de 2013, no entanto, foram apenas um preâmbulo para o caos que o país começou a atravessar, e ainda atravessa. O mundo tornou-se um celeiro para a extrema-direita, o nacionalismo retomou a sua escalada no pêndulo do tempo e o termo populismo tornou-se, ironicamente, popular.

O retorno do militarismo como solução foi veiculado como uma reação às crises econômica e política em voga. Para uma democracia tão frágil e recente como a brasileira, com diversas crises de representatividade política – potencializadas por problemas econômicos e sociais, além dos mais diversos escândalos envolvendo o Partido dos Trabalhadores, tradicionalmente associado à esquerda –, a ascensão do discurso supracitado ameaça o livre exercício das faculdades sociais e políticas dos brasileiros.

Para tanto, é necessário se debruçar e empreender um esforço analítico no intuito de compreender como e por que os apoiadores do militarismo promovem, no seu agir comunicativo, sinônimo pleno e inequívoco de liberdade e democracia, o esvaziamento desta forma de governo e apoiam o retrocesso político no seio da opinião pública.

Democracia e ditadura

Apesar do *locus* desse trabalho ser localizado na contemporaneidade democrática brasileira, o estudo do discurso pró-ditadura deve levar em consideração o que é, de fato, uma ditadura e suas mais diversas definições políticas. Além do exame do regime de exceção, o trabalho contemplará a definição de democracia para ampliar a compreensão da importância dos meios de comunicação e seus usos para a política. Por mais que a Comunicação tenha sido utilizada como um elemento estruturador de regimes autoritários, mesmo em tal agrura, ela é, essencialmente, um modo de ser da democracia.

é o jogo comunicacional o que torna possível a existência e a administração do contraditório nas disputas eleitorais; a própria figura do voto não é outra coisa senão o modo pelo qual o cidadão emerge como eleitor, ao gerar a informação para o sistema democrático de sua vontade política, em relação às forças em disputa; e, por fim, as condições essenciais de liberdade da fala e da formação de opinião, que constituem direitos humanos universais, mediante os quais a ética democrática se consolida em todos os seus aspectos. (SIGNATES, 2012: 12)

Portanto, é necessário abandonar a concepção de que os meios de comunicação somente instrumentalizam a política, sendo que “será tão mais democrática uma sociedade, quanto forem livres e fortes os processos de produção e circulação social de sentidos” (Ibid.: 12). Levando em consideração que a liberdade de expressão é uma característica intrínseca à democracia, concebe-se, enfim, que os meios de comunicação e seus usos exercem papéis cruciais na manutenção, inclusão e participação do jogo político e democrático.

A robustez do arcabouço teórico para o exame dos processos políticos discutidos aqui é caracterizada, por fim, por conceituações de ditadura e democracia.

A democracia, em sua concepção original a partir das antigas repúblicas gregas e romanas, foi idealizada como um sistema em que o povo é detentor e praticante do poder político (BOBBIO, 2007). É importante frisar, no entanto, que nem todos participavam do processo democrático, porque “a democracia antiga já era considerada como o governo da maioria, não da totalidade do povo” e, com efeito, “governavam os cidadãos, e nem todas as pessoas possuíam direitos cívicos” (MALUF, 1995). Na gênese da sua caracterização, a democracia era definida pelo número de governantes em exercício.

a democracia é uma das três possíveis formas de governo na tipologia em que as várias formas de governo são classificadas com base no diverso número dos governantes. Em particular, é a forma de governo na qual o poder é exercido por todo o povo, ou pelo maior número, ou por muitos, e enquanto tal se distingue da monarquia e da aristocracia, nas quais o poder é exercido, respectivamente, por um ou por poucos. (BOBBIO, 2007: 137)

No classicismo grego, portanto, tal sistema era integrante da tripartição de formas de governo (as outras sendo a aristocracia e monarquia) de acordo com um critério numérico. A posteriori, outros critérios, como o exercício do poder – “ser o governo dos muitos com respeito aos poucos, ou dos mais com respeito aos menos, ou da maioria com respeito à minoria ou a um grupo restrito de pessoas” (BOBBIO, 2007) – e outros, foram criados para otimizar a acurácia do conceito, como realizado pelo jurista austríaco Hans Kelsen na sua obra *Teoria geral do Direito e do Estado*: “Um Estado é considerado uma democracia ou uma aristocracia se a sua legislação tiver natureza democrática ou aristocrática [...] um Estado é classificado como uma monarquia porque o monarca surge juridicamente como o legislador” (KELSEN, 2000: 406).

O critério do autor austríaco residia precisamente na liberdade política, desembocando na legislatura, o que demonstra as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Assim o comenta Norberto Bobbio:

A distinção entre democracia e autocracia está fundada num critério completamente diverso, por sua vez inspirado na observação de que o poder ou ascende de baixo para o alto ou descende do alto para baixo. Para justificá-la, Kelsen serve-se da distinção entre autonomia e heteronomia: democráticas são as formas de governo em que as leis são feitas por aqueles aos quais elas se aplicam (e são precisamente normas autônomas), autocráticas as formas de

governo em que os que fazem as leis são diferentes daqueles para quem elas são destinadas (e são precisamente normas heterônomas). (BOBBIO, 2007: 139)

Por fim, pode-se dizer que a tríplice dos gregos foi superada, com a dualidade República (com a democracia absorvida) e Autocracia (com a monarquia e aristocracia absorvidas) preponderante (BOBBIO, 2007). É notório o fato que havia uma preocupação anterior com os limites populacionais e demográficos, tanto que, na Grécia antiga, “chegou mesmo a afirmar que o Estado não deveria ir além do número de pessoas às quais pudesse chegar a voz do Orador” (MALUF, 1995: 275). O tempo moderno, por fim, tornou a organização social paulatinamente mais complexa devido ao crescimento populacional e a dimensão dos Estados.

No mundo moderno, porém, a democracia surgiu sob a forma indireta ou representativa. Manteve-se o princípio da soberania popular (todo poder emana do povo e em seu nome será exercido), transferindo-se o exercício das funções governamentais aos representantes ou mandatários do povo. Democracia e representação política tornam-se, no mundo moderno, ideias equivalentes: fala-se em democracia e subentende-se o sistema representativo de governo. Realmente, o Estado moderno, pelo aperfeiçoamento dos meios de comunicação, superou os obstáculos do número e da distância, colocando em pleno funcionamento o mecanismo das representações, mantendo contacto imediato com as imensas populações, a tal ponto que se chega a conceber a formação de Estados continentais e até mesmo de um Estado mundial. (MALUF, 1995: 275-276)

Para que possamos, acima de tudo, pensar discursivamente o regime militar brasileiro, é necessário formular a seguinte questão: como é caracterizado um regime militar? Entende-se que a democracia, há tempos, é considerada um modelo governamental que se adaptou melhor às sociedades mais desenvolvidas (BOBBIO, 2007: 158). Entretanto, termos que são utilizados para nomear formas de governo não democráticos, como tirania, despotismo e autocracia derivam da antiguidade clássica (BOBBIO, 2007: 159) e, com isso, entende-se que o exercício do poder pelo uso da força ou delegado a uma ínfima parcela da população não é algo recente.

Bobbio argumenta posteriormente que a ditadura destoa das demais modalidades monocráticas de exercício do poder; tal sistema é reconhecido pelo método de legitimação, especificamente o estado de necessidade. Esse estado de necessidade, no entanto, para o ditador moderno, implica na resolução de crises que ameacem o regime político em voga e, portanto, “recebe o próprio poder de uma autoinvestidura ou de uma investidura simbolicamente – mas só simbolicamente – popular, e assume um poder constituinte.” (BOBBIO, 2007: 162).

De todo modo, ainda é necessário delinear características gerais para a definição do que é ditadura. Stoppino (1998a: 373) escreve que as três características definidoras das ditaduras modernas são: “a concentração e caráter ilimitado do poder; as condições políticas ambientais, constituídas pela entrada de largos estratos da população na política e pelo princípio da soberania popular; a precariedade das regras de sucessão no poder”.

Ideologia e opinião pública: legitimidades em questão

Para a definição de ideologia que norteará este trabalho, será utilizada a formulada por Zbigniew Brzezinski e, com esta escolha, procura-se compreender ideologia como um plano de ação do devir político, circunscrito na especificidade histórica, longe de conceituações estanques e pouco dinâmicas.

um programa adaptado para a ação de massa, derivado de determinados assuntos doutrinários sobre a natureza geral da dinâmica da realidade social, e que combina certos assertos sobre a inadequação do passado e/ou do presente com certas tendências explícitas de ação para melhorar a situação e certas noções sobre o estado final e desejado de coisas. (BRZEZINSKI, 1962 *apud* STOPPINO, 1998b: 587)

Pode-se depreender do que foi concebido pelo autor polonês o pendor para a sistematização e execução de um programa específico, endossado por uma série de assuntos que, observados no cotidiano, não podem ser demovidos da pauta. O que parece distinguir essa definição de todas as outras é justamente o componente que guia como uma ideologia política, na sua essencialidade, é criada: os assuntos são imbuídos por uma miríade de elementos que revelam e combinam uma medida de inconformidade sobre um tempo específico (passado e/ou presente), certa inclinação para a ação e construção de uma determinada consciência do que seria o ideal (ou “estado final”). Portanto, observa-se aqui o processo inconformidade-prática-ideal.

Mas o que torna a ideologia legítima? A legitimidade política, por sua vez, é a “legalidade acrescida de sua valoração” (BONAVIDES, 1994: 112); essa condição de poder suscita questões sobre a justificativa e aceitação da intervenção do poder na dinâmica social. Em outras palavras: o exercício do poder, em consonância com as leis, pelo ente estatal não é a única forma de avaliar se tal exercício possui validade.

Percebemos que ocorre uma convergência: o anseio popular pelo retorno ditatorial constitui-se na construção de uma ideologia como um plano de ação política, que é legítima por ter fulcro na livre expressão democrática e na imagem de um ideal popular (DUVERGER, 1970), e que é manifestada entre os cidadãos através da dialética característica da opinião pública (entre os membros da sociedade) e da opinião política (entre a sociedade e o Estado). É importante frisar que a inconformidade popular é incorporada: o caráter esquerdista do Partido dos Trabalhadores e as crises sofridas pelo Brasil na atualidade são subsumidas numa espécie de ameaça esquerdista sobre o país. A autora Sabrina Steinke sintetiza como a ameaça esquerdista (a inconformidade), o golpe de Estado (a prática) e um Brasil sem o “caos” implantado pela “ameaça comunista” (o estado final) foram pequenos blocos articulados no intuito de constituir uma ideologia política que apoiasse o golpe militar de 1964, no Brasil (STEINKE, 2017). Portanto, em concordância com o que foi dito antes, a urgência coletiva de sanar os problemas sociais é fruída e sintetizada num corpulento conjunto político, cuja expressão é ideológica.

Opiniões pública e política aqui são caracterizadas por elementos de cooperação: construção de consenso em torno de assuntos de interesse coletivo comum e o próprio endosso da legitimação da ação política do governo. A respeito do conceito de opinião pública, Esteves (2010) estabelece sua natureza, praticamente como um ideal tipo comunicacional.

O seu caráter é de ordem racional: resulta de trocas discursivas (processos de opinião) sobre matérias de interesse comum, estabelecidas numa base de liberdade e autonomia dos indivíduos, que têm em vista constituir opiniões vinculativas. A figura comunicacional que melhor as ilustra é a de um consenso (que se pretende alcançar), mas basicamente enquanto ideal normativo, e não como uma realidade empírica indiscutível; neste plano deve ser admitida a possibilidade de outros tipos de acordo razoáveis. (ESTEVES, 2010: 22)

A opinião pública adquire sua condição política pela capacidade de constituir legitimação do poder e, ao mesmo tempo, estabelecer um horizonte de sociabilidade fundado na generalização ou no caráter público do debate em circulação.

Do ponto de vista político, a opinião pública é apresentada com o a voz do povo, servindo de ponte para dois mundos que cada vez mais são percebidos como distantes – o dos governantes e dos governados – e, nessa medida, constitui, não só uma forma de legitimação da ação política da qual deriva o seu poder do consentimento dos governados, como um sentido de poder dos governados; do ponto de vista social, o termo remete para uma forma de “horizonte da sociabilidade”, normalmente traduzido pela expressão “o que os outros pensam” – uma dimensão que, mesmo sem significar necessariamente a interiorização de expectativas dos outros, significa pelo menos uma forma de nos posicionarmos face a uma comunidade mais vasta com a qual partilhamos interesses que vão para além do nosso, puramente pessoal. (SILVEIRINHA, 2004: 411)

Entretanto, os conceitos empregados aqui são os inseridos na ordem democrática; numa ditadura, as opiniões pública e política sofrem pesadas intervenções para construção e manutenção da legitimidade política (ARENDT, 1989), além da impossibilidade de apreciação e opiniões contraditórias ao regime. Permanece implícita, no cerne do apoio e construção de ideias acerca de uma possível intervenção militar, uma tensão irresistível: aprovação e divulgação de ideias antidemocráticas dentro da lógica democrática vigente.

Metodologia

Os aspectos basilares que compõem o meandro da defesa de uma possível intervenção militar, nessa perspectiva de negociata da opinião pública, ainda permanecem inconspícuos. Para nortear as investigações sobre o tema, por fim, se faz necessária a formulação da seguinte questão-problema: de que forma as pessoas que defendem a intervenção militar no Brasil fundamentam e constroem as suas ideias? A pesquisa de opinião voltada para o conhecimento da resposta à questão-problema foi feita no segundo semestre de 2017, na cidade de Goiânia², estado de Goiás.

² As eleições de 2018 demonstraram que a capital de Goiás constituía, sim, um importante *locus* para a realização desse tipo de pesquisa, por revelar-se uma das regiões mais conservadoras do país: Bolsonaro obteve no estado de Goiás um percentual de 65,52% dos votos no segundo turno.

Para o trabalho de identificar as características dos públicos que defendem a intervenção militar na contemporaneidade e saber como ocorre a fundamentação e construção das ideias voltadas para essa defesa, foi utilizado o método de entrevista qualitativa individual em profundidade (HAGUETTE, 1987; ROSA; ARNOLDI, 2006), definida como sendo “a entrevista aberta ou não-estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto” (CRUZ NETO, 2002: 58). Apropriou-se, ainda, em complementação, da técnica da entrevista narrativa. Pela natureza da pesquisa, cujo ponto nevrálgico reside na confluência entre passado, presente e o devir na política, o préstimo da modalidade reside no fato de que “comunidades, grupos sociais e subculturas contam histórias com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida” (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2003: 91).

Ao final do trabalho, oito depoimentos foram considerados típicos e aproveitáveis para este estudo, por terem revelado suficiente homogeneidade de dados analisados, conforme as categorias definidas, a partir de três indicadores de análise: regularidade (dados coincidentes), discrepância (dados descoincidentes) e intensidade (dados que obtiveram relevo conferido pelo próprio entrevistado). Assim, os trechos foram decompostos em elementos que, em forma e conteúdo, revelassem padrões e repetições de conteúdo (regularidades), rupturas e/ou antinomias com os discursos revelados pelos trechos de determinada categoria (discrepâncias), e trechos que foram pronunciados de modo pouco usual pelo entrevistado, o que evidenciaria um certo conteúdo ali implícito (intensidades).

Por notação, os entrevistados, cuja identidade é mantida em restrito sigilo, por compromisso ético firmado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

apresentado e assinado por cada um, serão identificados pelos números de 1 a 8, sendo os seguintes perfis, elencados no Quadro 1:

Nº	IDADE	GÊNERO	FORMAÇÃO	PROFISSÃO
1	27	Mulher	Superior	Professora de idiomas
2	38	Homem	Superior	Home broker
3	69	Homem	Fundamental completo	Policial aposentado
4	21	Homem	Médio completo	Estudante
5	30	Homem	Superior	Professor no ensino fundamental
6	25	Homem	Médio completo	Home broker
7	45	Homem	Superior	Advogado
8	35	Homem	Superior	Empresário

Quadro 1: Perfis dos entrevistados

Fonte: Base de dados da pesquisa

O discurso das fragilidades da democracia brasileira

Após a análise dos dados, compreendeu-se, na medida do possível, de que forma as pessoas que defendem a intervenção militar no Brasil fundamentam e constroem suas ideias. O ponto de partida começa com a problemática democracia brasileira.

A democracia é compreendida como um sistema que não pode oferecer soluções frente aos problemas que o Brasil enfrenta atualmente, logo, a aposta em um regime ditatorial é válida. Entretanto, a confiança atribuída é controversa: como é que se defende um modelo de governo tão centralizador se o Estado foi relatado como o grande responsável pelos problemas que o país enfrenta?

falam de ditadura e que morreu gente pra caramba, mas não vejo outra alternativa, além de ter parecido ser muito melhor do que as coisas que temos aí, em Brasília. (E1)

não teria democracia que resistisse às desapropriações, terrorismo e essa bagunça toda. Querem sempre alguém pra culpar? Culpem os comunistas. (E5)

No entanto, a apologética da ditadura tem outro defensor maior do que qualquer dispositivo de lógica forma: a nostalgia. Os que viveram os anos de ferro no Brasil lembraram o tempo com carinho, enquanto os mais novos têm seu panorama acerca do passado influenciado, principalmente, pelos familiares.

vejo que a intervenção, não golpe, de 64, foi essencial na história do Brasil. Foi um mal menor. Ora, o comunismo crescia de modo rampante no país [...] O que nos aguardava no final dessa jornada era a mais completa pobreza ou um regime totalitário desses, tipo o da Coreia do Norte [...] você sabia que quase viramos um satélite da União Soviética por intermédio daquele safado? Pois é. Ainda bem que os militares reconheceram os anseios populares e tomaram as rédeas da nação. (E7)

eu venho de uma família de policiais militares e eles sempre falaram bem da ditadura [...] sempre me dizem que antes tinha segurança, educação, cidadania sabe? Não essa divisão inventada entre branco e preto. (E6)

Além de representar um novo início para o Brasil e englobar sentimentos e esperanças, por mais que seja controverso, o regime ditatorial tem um mote recorrente: a defesa do país de alguma grande ameaça. Uma possível intervenção militar em tempos hodiernos seria pautada pela perspectiva de o comunismo vencer e dominar o Brasil, algo que não se concretizaria facilmente.

vejo que a intervenção, não golpe, de 64, foi essencial na história do Brasil. Foi um mal menor. Ora, o comunismo crescia de modo rampante no país [...] O que nos aguardava no final dessa jornada era a mais completa pobreza ou um regime totalitário desses, tipo o da Coreia do Norte [...] você sabia que quase viramos um satélite da União Soviética por intermédio daquele safado? Pois é. Ainda bem que os militares reconheceram os anseios populares e tomaram as rédeas da nação. (E7)

Todavia, pelos entrevistados pertencerem a um tempo no qual a democracia impera, o discurso militarista deve, em princípio, vencer nas urnas. O candidato para as eleições de 2018 que incorporou os ideais da ditadura – e que possuía amplo apoio dos entrevistados em outros temas como legalização do porte de armas, aplicação da pena capital e defesa da propriedade privada – é o deputado Jair Messias Bolsonaro, finalmente eleito presidente da república. O político posicionou-se favoravelmente acerca dos anos de ferro brasileiros, além de ser militar da reserva, e isso foi reconhecido nos depoimentos. *“Não existe outra alternativa pra esse país se não votarem Bolsonaro em 2018 e deixarem de apoiar as Forças Armadas” (E2).*

Apesar de incensar Bolsonaro, é notável que alguns relatos apresentaram que a vontade de votar no político advém de um rol de candidatos pouco confiáveis para 2018. Tendo em vista a escolha pelo que parece mais interessante, aqui há outro elemento de conflito dentre os entrevistados: Bolsonaro é elogiado por possuir o mesmo ideário, entretanto, ainda pertence à administração estatal.

o Bolsonaro é mais um. Está dentro do Estado, né? Então não vai sair. A coisa nele que me agrada é que é a favor do armamento e tem um filho que é, se eu não me engano, formado no curso do Instituto Mises; todavia, não é uma saída viável. (E3)

A ausência de confiabilidade do Estado perante a população é agravada pela corrupção sistêmica que acomete todas as instâncias da política e até mesmo do mercado, o que leva ao movimento contraditório de simultâneo apoio e descrédito do deputado Jair Bolsonaro.

Mas não somente a corrupção é considerada o único fato de descrédito do Estado. Muitos entrevistados consideram a tributação compulsória, ou, em outras palavras, o simples recolhimento de impostos, como um ato criminoso contra a população. Os impostos não são revertidos em serviços de qualidade para os cidadãos, logo, os impostos foram considerados exercícios de prática despótica em plena democracia. Nesse movimento, a estrutura burocrática do Brasil é atacada e prega-se a redução desta em prol de maior “eficiência”. Se a eficiência contemplará toda a população e resolverá os problemas da nação, isso não foi mencionado nas falas dos entrevistados.

A ineficácia do Estado na gestão do erário e suas instituições, inclusive, são consideradas geradoras de violência urbana. Aqui incorre outra contradição: paulatinamente se exige o retorno de um governo ditatorial no Brasil pelo endurecimento que o regime proporcionaria através da repressão, entretanto, o Estado é considerado um ente ineficaz. É relevante que houve um relato no qual a parceria entre os entes públicos e privados possam coadunar esforços na busca por uma solução contra a criminalidade, o que representa um modo de obter maior participação da população no governo.

imposto é roubo, sempre foi! Por que eu sou obrigado a pagar algo pra alguém contra a minha vontade? (E2)

os recursos todos são mal distribuídos, mal geridos e, por isso, não é difícil pensar que imposto é um roubo. (E5)

se tudo não funciona, por que sou obrigado a pagar imposto? Isso é ridículo! (E6)

com a corrupção e a insegurança que vem da violência, efeito dessa estrutura toda de corrupção, aí cabe perguntar: por que pago os meus impostos em dia? Por que eu não sonego? Só pra não ir pra cadeia. O Estado chupa até os ossos do povo pra não entregar nenhum serviço decente. (E8)

Contudo, qualquer resposta acerca da aprovação do intervencionismo militar pode ser enriquecida através da caracterização de quem defende tal ideologia. Afinal de contas, a pergunta revela outra pergunta: como são caracterizados aqueles que defendem o intervencionismo militar?

Os dados são nítidos: os defensores do militarismo identificam-se com valores conservadores, favoráveis ao capitalismo, defesa da propriedade privada, porte de arma de fogo para defesa pessoal, pena capital e são nacionalistas. Esse modo de ser dos entrevistados, que se declararam como de direita, foi aglutinado numa espécie de práxis direitista que baliza os comportamentos dos seus adeptos. Entretanto, aqui mora a primeira contradição: são defensores do livre mercado, mas apoiam o intervencionismo político.

não vendíamos o país por preço de banana, como se diz por aí, que foi o que aquele comunista fez. (E3)

sem a noção de pátria, sem repressão, rapaz, não existe povo unido! (E4)

antes podíamos matar bandido pra defender o homem de bem, hoje não mais. (E3)

Por mim, poderiam promulgar a pena de morte sim, mas após a resolução desse descompasso. Ué, se há emprego, por que continuar no crime? É isso que o pessoal dos direitos humanos não entende. (E7)

vamos entregar tudo à iniciativa privada, oras: maximizamos a eficiência, incentivamos a concorrência e destruimos o sucateamento, destruimos a ineficiência. (E5)

São orgulhosos de classificarem-se como direitistas, e tratam com bastante zelo o posicionamento adotado, principalmente quando se intitulam “cidadãos de bem” – o que demonstra uma espécie de enlevo moral. Contudo, a práxis direitista não é caracterizada somente pelos valores que residem em seu bojo, mas também pelo o que não é. Ser direita também é uma forma de negar a conduta esquerdista. Nesse sentido, os dados evidenciaram que os participantes da pesquisa foram completamente antagônicos ao que é politicamente contraditório. Rechaçam a esquerda em todos os aspectos políticos e morais, e não se furtaram no uso de termos depreciativos e da violência para reprimir a oposição.

só tem medo de militar bandido e comunista, o que é a mesma merda. (E2)

tenho a impressão de que quem sofreu foram os terroristas, apenas isso [...] aliás, esquerdistas e bandidos são quase a mesma coisa. (E8)

a PM fez um trabalho excelente naquela época, descendo o pau nesses mortadelas improdutivos. Quero ver passarem um mês trabalhando de enxada pra ver se falam essa besteira de divisão e igualdade. Isso não existe! (E6)

São pessimistas acerca do futuro brasileiro, e isso influenciou diretamente na adoção do intervencionismo militar como um regime de governo possível. O horizonte democrático não ofereceu muitas saídas, logo, apostam em uma futura ditadura com grande entusiasmo.

São extremamente céticos acerca do Estado. Consideram a tributação da população um crime por tolher a liberdade de fruição do capital e não ocorrer boas contrapartidas por parte do Estado no retorno dos impostos, entretanto, apoiam a intervenção militar na política e acreditam que o nacionalismo é essencial para a coesão social.

imposto é roubo, sempre foi! Por que eu sou obrigado a pagar algo pra alguém contra a minha vontade? (E2)

se tudo não funciona, por que sou obrigado a pagar imposto? Isso é ridículo! (E6)

sem investimentos do Estado e cada vez mais rola a culpabilização do empresário como explorador, aí não tem emprego e economia forte, estável. O pessoal parte pro crime mesmo. (E8)

vamos voltar a ter um Estado, um Brasil forte, soberano, livre das amarras do capital estrangeiro. (E4)

São ainda preocupados com a escalada da violência urbana no Brasil e, como antídoto frente a este problema, optam pela adoção do regime militar como modo de endurecimento punitivo contra a criminalidade. De todo modo, os dados explicitam categoricamente que, afinal, o Partido dos Trabalhadores e suas últimas gestões são os únicos culpados por todos os problemas do país.

sempre me dizem, os meus avós e tal, os meus tios, que durante a ditadura você podia sair de casa sozinho e chegar bem, sabe? Ter segurança; se for pra botar ordem na bandidagem, dar emprego pra quem precisa, sinceramente, os militares podem tomar o controle. (E1)

eles só mantinham a ordem; veja, naquela época sempre me falavam que tinha segurança. (E2)

Assim, algumas descobertas foram constatadas ao longo do trabalho e que permanecem relevantes para a compreensão e caracterização daqueles que apoiam o intervencionismo militar. A primeira, é o notório recrudescer do autoritarismo como modo de ser, adotado pela sociedade em resposta à insegurança urbana, resultando em um cenário simbólico propício à adoção de políticas governamentais autoritárias e fortemente repressivas. A chancela social para tais práticas afigura-se, portanto, na aquiescência de um possível processo de intervenção militar e ulterior concretização de medidas mais rigorosas contra a violência.

A segunda descoberta consiste na contradição existente entre ser um defensor da ditadura em tempos democráticos: apesar da repulsa ante o Estado democrático, só se pode defender um modo de governo ditatorial pela liberdade de expressão que é inerente às democracias modernas, além de utilizar toda a extensão da sua individualidade para enunciar uma opinião em detrimento do que é realmente benéfico para os desígnios do país. Num cenário, de fato, ditatorial, a liberdade de expressão não é garantida.

E a terceira e última descoberta consiste na junção entre a práxis direitista, nacionalismo e militarismo, perceptível no orgulho que os entrevistados pronunciaram quando se classificaram como direitistas. Esse orgulho deriva da

elevação moral da práxis direitista – elevação moral, aliás, providenciada em detrimento dos valores políticos de esquerda – em articulação com o que se busca no militarismo e no nacionalismo: forma de captar poder ante o cenário favorável de intervenção militar, fé opinativa (e policiamento da expressão alheia), a construção de uma figura que personifique autoridade e liderança (representada pelo candidato Jair Messias Bolsonaro), pureza grupal e a intenção de representar as intenções de fala de toda a população.

Intervencionismo: entre a nostalgia e a demonização

Os dados colhidos em campo foram sugestivos para a formulação de três teses consideradas relevantes: a insegurança urbana como combustível do autoritarismo engendrado pelos entrevistados, a demonização da democracia de modo que um regime ditatorial implantado no Brasil seria uma alternativa viável para a solução dos problemas do país, e o intenso orgulho demonstrado pelos entrevistados, quanto ao posicionamento político adotado, com dois padrões: os participantes seriam adeptos do militarismo e do nacionalismo. Tais conclusões permitiram identificar como os defensores do intervencionismo militar no Brasil se fundamentam, e a tipologia de seus argumentos, visões de mundo e práxis social.

Um governo democrático é considerado fraco perante os problemas brasileiros e crises conexas, logo, uma ditadura pode ocupar o vácuo de alternativas no rastro de um Estado ineficaz. O Brasil atravessa um período de instabilidade política e econômica, e tal ambiência possibilita a rememoração nostálgica dos anos ditatoriais no país, e de modo conexo, o intervencionismo militar chega como uma aposta na resolução dos problemas brasileiros. A posteriori, tendo em vista o potencial de salvação do Brasil que é conferido ao regime ditatorial, esse modelo de governo poderá tornar-se legítimo mediante boa atuação administrativa.

O nome do candidato Jair Messias Bolsonaro se coaduna com as categorias supracitadas como uma alternativa válida para o Brasil nas próximas eleições presidenciais, entretanto, o esteio para tal aprovação se dá pela correlação entre o ideário do deputado e o dos entrevistados. De modo controverso, Bolsonaro também foi identificado como alguém que deveria ser votado simplesmente por não haver melhores opções nas urnas, ou seja, é a opção menos danosa diante da impossibilidade de um cenário de disputa presidencial ideal.

A conexão entre direitismo e nacionalismo consta como uma aglutinação de condutas que se pode definir como práxis direitista; contudo, noutro momento de análise das entrevistas, percebeu-se a caracterização de uma práxis direitista também originária da contraposição às condutas esquerdistas. A militância nas redes sociais, a repulsa ante o dogmatismo religioso, o desejo da emancipação escolar e a militância em manifestações nos espaços públicos urbanos são os elementos que balizam essa busca pela diferença. Por fim, outro fator identificado foi constituído pelo orgulho pronunciado em ser de direita. O direitista, balizado pela sua própria práxis, é constituído por uma série de condutas que são consoantes ao posicionamento político adotado, o que desemboca na negação das condutas que considera esquerdistas. O direitista, inclusive, é cioso do posicionamento político adotado, num movimento de elevação moral.

De acordo com os dados, os entrevistados compreenderam a posição política de direita como relacionada ao conservadorismo, valorizadora da prosperidade individual e da objetividade, e favorável ao capitalismo. Em suma, ocorreu a aglutinação de determinadas concepções sob o que pode ser definido como uma espécie de modo de ser pertencente à posição política de direita, ou, em suma, práxis direitista.

Em todas as entrevistas, ocorreu a vinculação da condição de esquerdista com práticas criminosas e/ou de lesa-sociedade. Ser esquerdista é, além de sinônimo

de comunista, alguém que pratica atos terroristas e/ou criminosos em geral. O discurso adotado pelos entrevistados revelou que a simples adoção de uma ideologia à esquerda já sentencia o indivíduo a ser encarado como uma brecha para que o crime rumine. Essa intolerância com o que é politicamente contraditório pôde ser percebida em toda a base de dados, a exemplo da indignação expressada acerca do ideário de igualdade e justiça, e da adjetivação de quem é de esquerda.

Nostalgia da ditadura e demonização generalizada das esquerdas são temas que se entrelaçam na percepção do modo como se entranha em um certo modo popular de pensar uma forte ideologia de direita, que terminará, em 2018, elegendo o ex-capitão Jair Bolsonaro presidente do Brasil.

Referências

- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BAUER, M.; JOVCHELOVITCH, S. Entrevista narrativa. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 90-113.
- BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- BONAVIDES, P. *Ciência política*. São Paulo: Malheiros, 1994.
- BRZEZINSKI, Z. *Ideology and power in soviet politics*. New York: Frederick Praeger, 1962.
- CALIL, G. Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho. *Projeto História*, São Paulo, n. 47, p. 377-403, 2013.
- DUVERGER, M. *Institutions politiques et droit constitutionnel*. Paris: PUF, 1970.
- ESTEVES, J. P. Opinião Pública. In: CORREIA, J. C.; FERREIRA, G. B.; ESPÍRITO SANTO, P. (org.). *Conceitos de comunicação política*. Covilhã: LabCom Books, 2010.
- HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- KELSEN, H. *Teoria geral do Direito e do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MALUF, S. *Teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SIGNATES, L. Epistemologia da comunicação na democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. *Novos Olhares*, São Paulo, v. 1, n. 1, 2012.
- SAMPAIO JÚNIOR, P. A. Jornadas de Junho e revolução brasileira. *Interesse Nacional*, São Paulo, ano 6, n. 23, p. 57-66, 2013.
- SILVEIRINHA, M. J. Opinião pública. In: RUBIM, A. A. C. (org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2004.

STEINKE, S. A repressão política, durante a ditadura civil-militar de 1964, no Piauí relatada no acervo da Comissão da Anistia. *In: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL*, 11., 2017, Fortaleza. *Anais [...]* Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017. p. 1-8.

STOPPINO, M. Ditadura. *In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política*. Brasília, DF: Editora da UnB, 1998a. p. 368-379.

STOPPINO, M. Ideologia. *In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política*. Brasília, DF: Editora da UnB, 1998b. p. 585-597.